

INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL
PORTO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL

ANO DE
2022

DENOMINAÇÃO ASSOCIAÇÃO C D CASA POVO VILA BOA DO
BISPO

MORADA Rua D. António José Rocha Couto

N. 647 ANDAR LOCALIDADE Vila Boa do Bispo

FREGUESIA Vila Boa do Bispo

CONCELHO Marco de Canaveses

COD. POSTAL 4625-640

EM _____ / _____ / _____

(Assinatura do Estatubalista Certificado)

A DIREÇÃO

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DATA: Vila Boa do Bispo _____

Vila Boa do Bispo _____

ASSINATURAS



ASSINATURA DO PRESIDENTE


Alexandre Almeida Costa Soares Bicho

ASSOCIAÇÃO C D CASA POVO VILA BOA DO BISPO
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022


Contribuinte : 501984135

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-2022	31-dez-2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	71 660,72	48 447,49
Investimentos financeiros	10.1	4 783,94	4 126,58
		76 444,66	52 574,07
Ativo corrente			
Inventários	5	1 748,76	726,31
Créditos a receber	10.2	0,00	6 359,67
Estado e outros entes públicos	10.8	1 418,73	1 215,04
Diferimentos	10.4	3 027,23	2 212,91
Outros ativos correntes	10.3	38 307,19	15 037,05
Caixa e depósitos bancários	10.5	112 576,89	135 691,30
		157 078,80	161 242,28
Total do ativo		233 523,46	213 816,35
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	10.6	32 005,56	32 005,56
Reservas	10.6	1 408,54	1 408,54
Resultados transitados	10.6	97 043,38	127 140,64
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	10.6	25 000,00	0,00
		155 457,48	160 554,74
Resultado líquido do período		-18 058,46	-30 097,26
Total dos fundos patrimoniais		137 399,02	130 457,48
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	10.7	17 048,18	10 355,18
Estado e outros entes públicos	10.8	6 608,28	6 987,13
Diferimentos	10.4	16 978,72	3 990,00
Outros passivos correntes	10.9	55 489,26	62 026,56
		96 124,44	83 358,87
Total do passivo		96 124,44	83 358,87
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		233 523,46	213 816,35

A Direção

O Contabilista Certificado


 Alexandre Alexandre
 Presidente da Associação C D Casa Povo Vila Boa do Bispo
 Alexandre Alexandre, Lote 50005, Vila Boa do Bispo


 O Contabilista Certificado

ASSOCIAÇÃO C D CASA POVO VILA BOA BISPO
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022


Contribuinte : 501984135

Moeda : euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 022	2 021
Vendas e serviços prestados	6	98 577,83	78 438,34
Subsídios, doações e legados à exploração	10.10	335 683,10	337 498,12
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5	-53 057,19	-39 792,11
Fornecimentos e serviços externos	10.11	-112 010,34	-86 141,28
Gastos com o pessoal	8	-281 349,15	-311 120,95
Outros rendimentos	10.12	14 712,31	13 901,09
Outros gastos	10.13	-2 987,98	-1 768,43
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-431,42	-8 985,22
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-17 607,42	-21 053,85
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-18 038,84	-30 039,07
Juros e gastos similares suportados	10.14	-19,62	-58,19
Resultados antes de impostos		-18 058,46	-30 097,26
Resultado líquido do período		-18 058,46	-30 097,26

A Direção

O Contabilista Certificado


 Joaquim Aguiar da Sousa
 Alexandre Traveira Leite Soares Ferreira



Entidade: ASSOCIAÇÃO DO DA CASA DO POVO VILA BOA DO BISPO
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Contribuinte: 501984135

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Centro Dia	SAD	Credito	RSU / SAAS	Hoquet em Patrim	Futsal	Cultura	Bar	Atlepe-te	PERIODOS	
											2022	2021
Vendas e serviços prestados	6	44 846,88	45 520,43	0,00	259,25	6 424,85	51,95	1 454,57	0,00	0,00	98 577,83	78 438,34
Custo das vendas e dos serviços prestados	5/8	-112 799,49	-131 003,08	0,00	-86 010,39	-1 967,50	-1 408,44	1 217,44	0,00	0,00	334 406,34	-350 913,06
Resultado Bruto		-67 952,61	-85 482,65	0,00	-48 751,14	4 457,35	-1 356,49	237,13	0,00	0,00	-235 828,51	-272 474,72
Outros Rendimentos	10.10/10.12	83 381,51	125 357,35	0,00	92 898,76	34 865,51	2 074,87	1 507,41	6 699,46	650,00	350 395,41	351 399,21
Gastos administrativos	4/10.11	-86 614,91	-29 506,43	-77,64	-10 103,90	-45 624,56	-3 336,19	3 191,69	334,31	-765,13	129 617,76	-107 195,13
Outros Gastos	10.13	-395,41	-346,15	0,00	-31 0,93	-1 667,43	-34,05	-94,01	0,00	0,00	-2 987,98	-1 768,43
Resultado operacional (antes da gastos de financiamento e impostos)		-21 561,32	9 959,12	-77,64	-3 267,21	-8 169,13	-2 661,96	-1 481,16	9 325,99	-115,13	-18 038,44	-30 039,07
Gastos de financiamento (quidos)	10.14	-4,92	-5,69	0,00	-4,92	-0,97	-0,96	-0,96	0,00	0,00	-1,62	-58,19
Resultado antes da impostos		-21 567,24	9 953,23	-77,64	-3 272,13	-8 170,10	-2 662,92	-1 482,12	9 325,99	-115,13	-18 059,46	-30 097,26
Resultado líquido do período		-21 567,24	9 953,23	-77,64	-3 272,13	-8 170,10	-2 662,92	-1 482,12	9 325,99	-115,13	-18 059,46	-30 097,26

A Direção



Alexandre Pereira
 Alexandre Pereira
 Alexandre Pereira

O Contabilista Certificado




ASSOCIAÇÃO C D CASA POVO VILA BOA DO BISPO
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2022	2021
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		109 932,27	91 019,70
Pagamentos a fornecedores		-177 744,56	-118 707,73
Pagamentos ao pessoal		-207 557,55	-187 326,19
Caixa gerada pelas operações		-275 369,84	-215 014,22
Outros recebimentos/pagamentos		248 709,93	229 293,83
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-26 659,91	14 279,61
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-30 139,65	-938,90
Investimentos financeiros		-953,63	-770,59
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		207,03	42,23
Subsídios ao investimento		17 500,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-13 386,25	-1 667,26
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		16 951,37	10 045,04
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		-19,62	-350,87
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		16 931,75	9 694,17
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-23 114,41	22 306,52
Caixa e seus equivalentes no início do período		135 691,30	113 384,78
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10.5	112 576,89	135 691,30

A Direção

O Contabilista Certificado


 José Manuel Aguiar de Sousa
 Alexandra Travençolo Lopes Soares Ferreira

**ASSOCIAÇÃO
CULTURAL E DESPORTIVA
CASA DO POVO
VILA BOA DO BISPO**

**Anexo
Demonstrações Financeiras
2022**

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	7
4	Ativos Fixos Tangíveis	12
5	Inventários	12
6	Rédito	13
7	Subsídios do Governo e apoios do Governo	13
8	Benefícios dos empregados	14
9	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	15
10	Outras Informações	15
10.1	Investimentos Financeiros	15
10.2	Créditos a receber	15
10.3	Outros ativos correntes	15
10.4	Diferimentos	16
10.5	Caixa e Depósitos Bancários	16
10.6	Fundos Patrimoniais	16
10.7	Fornecedores	16
10.8	Estado e Outros Entes Públicos	17
10.9	Outros passivos correntes	17
10.10	Subsídios, doações e legados à exploração	17
10.11	Fornecimentos e serviços externos	18
10.12	Outros rendimentos	18
10.13	Outros gastos	18
10.14	Resultados Financeiros	18
10.15	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	19
10.16	Acontecimentos após data de Balanço	19

1 Identificação da Entidade

A "ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA DA CASA DO POVO DE VILA BOA DO BISPO" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "Instituição Particular de Solidariedade Social", com sede em Rua D. António José Rocha Couto, nº 647, Vila Boa do Bispo. A Associação tem como objetivos:

- Apoio às pessoas idosas;
- Apoio à família;
- Apoio à infância e juventude, incluindo as crianças e jovens em perigo;
- Apoio às pessoas com deficiência e incapacidade;
- Apoio à integração social e comunitária;
- Educação e formação profissional dos cidadãos;
- Outras respostas sociais, desde que contribuam para a efetivação dos direitos dos cidadãos;
- Atividades Desportivas: Hóquei em Patins, Futsal, Ténis, Karaté, Ginástica de Manutenção, entre outras;
- Atividades Culturais: Rancho Folclórico, Escola de Música, Teatro, Concertos Musicais e Espetáculos de Variedade, Marchas de Sto. António, Desfile Carnavalesco, entre outras.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2022 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho. No anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
 - Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
 - Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
 - NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI).

3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.2 Continuidade

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas Demonstrações Financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante de mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmam segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas Demonstrações Financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas Demonstrações Financeiras se respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período em cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento informático	5
Equipamento administrativo	6
Ferramentas e utensílios	4

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.3 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as participações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes. De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador. Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às participações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma participação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal. Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

3.2.4 Inventários

Os Inventários estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.5 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.7 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

3.2.8 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as Instituições Particulares de Solidariedade Social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2021	Adições	Abate	Transferência	31-12-2022
Edifícios e outras construções	192.879,15				192.879,15
Equipamento Básico	35.802,16	1.055,32			36.857,48
Equipamento de Transporte	129.045,17	8.750,00			137.795,17
Equipamento Administrativo	2.282,50				2.282,50
Equipamento Informático	23.404,77	1.051,53			24.456,30
Ferramentas e utensílios	15.254,36	239,85			15.494,21
Ativo Tangível Bruto	398.668,11	11.096,70	0,00	0,00	409.764,81
Investimentos em Curso – Obra		29.723,95			29.723,95
Investimentos em Curso	0,00	29.723,95	0,00	0,00	29.723,95
Depreciações Acumuladas					
Edifícios e outras construções	175.640,45	5.034,76			180.675,21
Equipamento Básico	21.853,93	5.771,49			27.625,42
Equipamento de Transporte	123.154,13	1.495,83			124.649,96
Equipamento Administrativo	2.282,50				2.282,50
Equipamento Informático	14.326,19	4.258,27			18.584,46
Ferramentas e utensílios	12.963,42	1.047,07			14.010,49
Depreciações Acumuladas	350.220,62	17.607,42	0,00	0,00	367.828,04
Ativo Tangível Líquido	48.447,49	23.213,23	0,00	0,00	71.660,72

5 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2021				2022		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00	40.518,42	0,00	726,31	54.079,64	0,00	1.748,76
Total	0,00	40.518,42	0,00	726,31	54.079,64	0,00	1.748,76
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				39.792,11			53.057,19

6 Rédito

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2022	2021
Prestação de Serviços	98.577,83	78.438,34
Quotas de utilizadores	89.765,11	77.526,34
Quotas e joias	1.037,00	912,00
Outros	7.775,72	0,00
Total	98.577,83	78.438,34

7 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	Natureza	31-12-2022			31-12-2021		
		Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados
ISS, IP	Não reembolsável	0,00	0,00	251.943,55	0,00	0,00	258.159,78
ISS, IP – Medidas Apoio COVID-19	Não reembolsável	0,00	0,00	124,05	0,00	0,00	3.245,76
C M Marco Canaveses	Não reembolsável	0,00	0,00	43.212,86	0,00	0,00	20.867,60
J F Vila Boa do Bispo	Não reembolsável	0,00	0,00	700,00	0,00	0,00	247,23
Programa Adaptar Social +	Não reembolsável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.102,80
IEFP	Não reembolsável	0,00	0,00	19.186,77	0,00	0,00	40.532,41
IAPMEI	Não reembolsável	0,00	0,00	392,00	0,00	0,00	253,50
IPDJ	Não reembolsável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.044,00
ISS, IP – PRR Mobilidade Verde	Não reembolsável	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		25.000,00	0,00	315.559,23	0,00	0,00	327.453,08

8 Benefícios dos empregados

O número de membros dos Órgãos Diretivos, nos períodos de 2022 e 2021 foram de “11”. Durante o período de 2022 mantiveram-se os Órgãos Diretivos eleitos para o quadriénio 2020/2023, que têm a seguinte composição:

Assembleia Geral

Presidente – António Soares Correia;

1º Secretário – Maria Luisa dos Reis Correia;

2º Secretário – Maria da Conceição Leite Pinto.

Direção

Presidente – Rui Manuel Correia Teixeira;

Vice-Presidente – António Luís da Rocha Ribeiro;

Secretário – Alexandra Manuela Leite Ferreira;

Tesoureiro – Joaquim Aguiar de Sousa;

Vogal – Sérgio Manuel Pinto Carneiro.

Conselho Fiscal

Presidente – José Pinto Monteiro;

1º Vogal – José Pereira Madureira;

2º Vogal – Manuel Vieira de Sousa.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2021 foram “21” e em 31/12/2022 foram de “18”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações ao pessoal	205.970,81	235.977,60
Indemnizações	6.175,08	232,75
Encargos sobre as Remunerações	47.074,34	51.442,64
Seguros de Acidentes no Trabalho	3.120,14	1.944,64
Outros Gastos com o Pessoal	1.767,08	1.786,37
IEFP – Estágios/CEI/CEI+	17.241,70	19.736,95
Total	281.349,15	311.120,95

9 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Nos termos do artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

10 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

10.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2022	2021
Outros investimentos financeiros		
Fundo Compensação do Trabalho	4.783,94	4.126,58
Total	4.783,94	4.126,58

10.2 Créditos a receber

Para os períodos de 2022 e 2021 a rubrica “Créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Cientes e Utentes c/c		
Cientes	0,00	799,50
Utentes	0,00	5.560,17
Total	0,00	6.359,67

10.3. Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinham, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Adiantamentos a fornecedores	1.275,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	7.487,96	0,00
Entidades do Setor Público Administrativo – IEF/ISS, IP	28.544,23	15.037,05
Outros devedores	1.000,00	0,00
Total	38.307,19	15.037,05

10.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Gastos a Reconhecer		
Seguros	2.986,67	2.212,91
Outros fornecedores	40,56	0,00
Total	3.027,23	2.212,91
Rendimentos a Reconhecer		
IEFP	0,00	3.990,00
ISS, IP - Dotação	12.103,72	0,00
Apoio ao Associativismo	4.875,00	0,00
Total	16.978,72	3.990,00

10.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Caixa	1.218,69	541,76
Depósitos à ordem	111.358,20	135.149,54
Total	112.576,89	135.691,30

10.6 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	32.005,56	0,00	0,00	32.005,56
Reservas	1.408,54	0,00	0,00	1.408,54
Resultados transitados	127.140,64	0,00	30.097,26	97.043,38
Outras variações nos fundos patrimoniais	0,00	25.000,00	0,00	25.000,00
Total	160.554,74	25.000,00	30.097,26	155.457,48

10.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c	17.048,18	10.355,18
Total	17.048,18	10.355,18

10.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1.418,73	1.215,04
Total	1.418,73	1.215,04
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1.062,00	1.267,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	656,78	794,48
Segurança Social	4.889,50	4.925,65
Total	6.608,28	6.987,13

10.9 Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobram-se da seguinte forma:

Descrição	2022		2021	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Adiantamentos de clientes e utentes	0,00	1.100,47	0,00	0,00
Pessoal				
Remunerações a pagar	0,00	0,00	0,00	13.192,06
Sindicatos	0,00	0,00	0,00	90,64
Fornecedores de investimentos	0,00	7.750,00	0,00	0,00
Credores por acréscimo de gastos	0,00	39.206,86	0,00	42.106,25
Outros credores	0,00	7.431,93	0,00	6.637,61
Total	0,00	55.489,26	0,00	62.026,56

10.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2022 e 2021 os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2022	2021
Subsídios das Entidades Públicas	315.559,23	330.985,08
Subsídios de outras entidades	3.172,50	0,00
Doações e heranças - Donativos	16.951,37	10.045,04
Total	335.683,10	337.498,12

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 7.

10.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Serviços especializados	18.073,07	15.972,51
Materiais	7.088,55	6.596,58
Energia e fluidos	32.773,03	24.904,32
Deslocações, estadas e transportes	24.130,62	15.795,00
Serviços diversos	29.596,59	22.787,52
Encargos com utentes	348,48	85,35
Total	112.010,34	86.141,28

10.12 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Rendimentos suplementares	4.336,00	2.500,00
Descontos pronto pagamento obtidos	0,60	132,01
Rendimentos em investimentos não financeiros	9.659,90	9.065,15
Outros	715,81	2.203,93
Total	14.712,31	13.901,09

10.13 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Impostos	4,70	693,78
Outros	2.983,28	1.074,65
Total	2.987,98	1.768,43

10.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2022	2021
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	19,62	58,19
Total	19,62	58,19
Juros e rendimentos similares obtidos		
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	-19,62	-58,19

10.15 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano 2022, foi o seguinte:

Centro de Dia – 40 utentes;

Serviço Apoio Domiciliário – 30 utentes;

RSI / SAAS – 180 famílias.

10.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

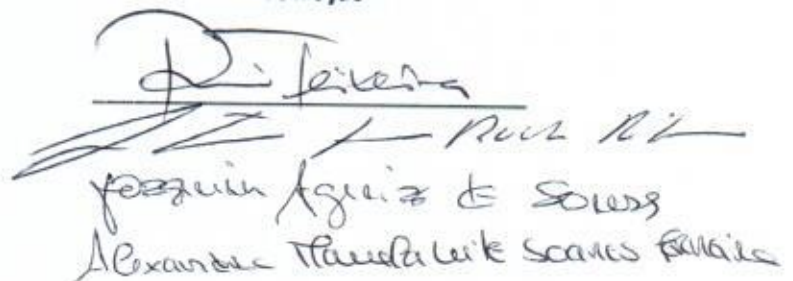
Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Vila Boa do Bispo, 31 de dezembro de 2022

O Contabilista Certificado



A Direção



João Aguiar e Sousa
Alexandre Manuel Leite Soares Faria